

ENTRE PROTAGONISMOS E SILÊNCIOS: A PRESENÇA DO OBJETO DA LEI 11.645/2008 NAS COLEÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO PNLD 2024

BETWEEN PROTAGONISM AND SILENCE: THE PRESENCE OF THE OBJECT OF LAW 11.645/2008 IN THE PNLD 2024 HISTORY TEXTBOOK COLLECTIONS

ENTRE PROTAGONISMOS Y SILENCIOS: LA PRESENCIA DEL OBJETO DE LA LEY 11.645/2008 EN LAS COLECCIONES DE LIBROS DIDÁCTICOS DE HISTORIA DEL PNLD 2024

Deijanete Pereira da Silveira Santos¹
Anderson Dantas da Silva Brito²

RESUMO: Este artigo tem como objeto de pesquisa a existência do objeto da Lei 11.645/2008 nos conteúdos presentes nas atuais Coleções de livros didáticos de História do PNLD 2024 (anos finais do Ensino Fundamental). Para a oportunidade, percorremos o objetivo geral de investigar como a referida Lei está abordada nas obras citadas. A metodologia tem corpus documental condizente a 14 Coleções de História, disponibilizadas pelas editoras para os professores, sendo cada uma delas composta por 4 manuais digitais-interativos (6º ao 9º ano), totalizando 56 livros didáticos, além de ser também constituída por legislações educacionais. A abordagem é qualitativa e a tipologia é do tipo documental a partir do uso do método da Análise de Conteúdo. O referencial teórico é fundamentado em discussões sobre livros didáticos e identidade no contexto da formação de professores. Como resultados, percebemos que as abordagens sobre a Lei 11.645/2008 estão pautadas desde o seu reconhecimento nos livros didáticos até a sua concretização em alguns conteúdos que dão visibilidade ao ensino de História e Cultura indígena e afro-brasileira. Além disso, destacamos que várias Coleções preferiram seguir com abordagens tradicionais sobre conteúdos já consolidados como a Escravidão, em detrimento de discussões baseadas em pautas étnico-raciais atuais tão relevantes para a sociedade.

1

Palavras-chave: Ensino de História. Livros didáticos. Lei 11.645/2008.

ABSTRACT: This article investigates the existence of Law 11.645/2008 in the content of the current PNLD 2024 History textbook collections (final years of elementary school). For this opportunity, we pursued the general objective of investigating how the aforementioned law is addressed in the cited works. The methodology consists of a documentary corpus corresponding to 14 history collections made available by publishers to teachers, each consisting of four digital interactive manuals (6th to 9th grade), totaling 56 textbooks, in addition to educational legislation. The approach is qualitative and the typology is documentary, based on the use of the Content Analysis method. The theoretical framework is based on discussions about textbooks and identity in the context of teacher training. As a result, we noticed that the approaches to Law 11.645/2008 are based on its recognition in textbooks and its implementation in some content that gives visibility to the teaching of indigenous and Afro-Brazilian history and culture. In addition, we highlight that several collections preferred to follow traditional approaches to already established content such as slavery, to the detriment of discussions based on current ethnic-racial issues that are so relevant to society.

Keywords: History Teaching. Textbooks. Law 11.645/2008.

¹ Docente da Educação Básica em Barreiras-BA; Mestre em Ensino pelo PPGE da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

² Orientador Docente do Curso de História; do Mestrado em Ensino (PPGE) e do Mestrado em História (PPGH) na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Doutor em Educação pela UFRN.

RESUMEN: Este artículo tiene como objeto de investigación la existencia del objeto de la Ley 11.645/2008 en los contenidos presentes en las actuales colecciones de libros de texto de Historia del PNLD 2024 (últimos años de la Educación Primaria). Para ello, nos hemos marcado el objetivo general de investigar cómo se aborda dicha ley en las obras citadas. La metodología cuenta con un corpus documental correspondiente a 14 colecciones de Historia, puestas a disposición de los profesores por las editoriales, cada una de las cuales consta de 4 manuales digitales interactivos (6.º a 9.º grado), lo que suma un total de 56 libros de texto, además de incluir legislación educativa. El enfoque es cualitativo y la tipología es documental, a partir del uso del método de análisis de contenido. El marco teórico se basa en debates sobre los libros de texto y la identidad en el contexto de la formación del profesorado. Como resultado, observamos que los enfoques sobre la Ley 11.645/2008 se basan desde su reconocimiento en los libros de texto hasta su materialización en algunos contenidos que dan visibilidad a la Enseñanza de la Historia y la Cultura indígena y afrobrasileña. Además, destacamos que varias colecciones prefirieron seguir con enfoques tradicionales sobre contenidos ya consolidados, como la esclavitud, en detrimento de discusiones basadas en temas étnico-raciales actuales tan relevantes para la sociedad.

Palabras clave: Enseñanza de Historia. Libros de texto. Ley 11.645/2008.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta análises acerca da presença e do tratamento de histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras nos conteúdos de 14 (quatorze) Coleções de livros didáticos de História aprovadas no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2024, destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental. A investigação fundamenta-se na Lei 11.645/2008, que tornou obrigatória a inclusão dessas temáticas nos currículos escolares, e adota como referencial teórico-metodológico a *função referencial* de Choppin (2004), que considera o livro didático como um objeto portador de representações sociais e culturais legitimadas nos currículos de Ensino de História.

Os resultados e as análises que serão apresentados a seguir, buscaram verificar o grau de compromisso de cada obra com os princípios da educação para a diversidade, da valorização das matrizes indígena e afro-brasileira na formação histórica brasileira e da promoção de uma consciência crítica decolonial e antirracista. Assim, cada Coleção foi analisada individualmente, considerando seus avanços e limitações no que diz respeito à presença e aos silêncios dedicados a essas temáticas e verificando como a Lei em questão está concretizada nos conteúdos dos livros dos 4 (quatro) anos finais do Ensino Fundamental, percebendo os grupos em questão através da História e da Cultura.

METODOLOGIA E TEORIZAÇÕES

Foi buscando a utilização de fontes históricas recentes e ainda inéditas sobre determinadas pesquisas relativas à livros didáticos devido aos aspectos condizentes à jovialidade e a atualidade das mesmas que escolhemos as 14 (quatorze) Coleções de História aprovadas pelo

PNLD 2024 para os anos finais do Ensino Fundamental, objetivando compor o núcleo principal do nosso corpus documental, sendo elas a primeira parte do nosso tripé de fontes de pesquisa. A seguir, temos o quadro 1 que corresponde à apresentação técnica dos respectivos conjuntos de obras:

Quadro 1: Apresentação técnica das Coleções de livros didáticos de História para os anos finais do Ensino Fundamental (PNLD 2024)

Título da Coleção Editora / Ano de publicação	Autor(es)	Código da coleção no PNLD 2024
<i>A conquista História</i> Editora FTD S.A. / 2022	Gislane C. A. Seriacopi; Leandro C. Câmara; Reinaldo S. Azevedo.	0081 P24 01 00 208 040
<i>Amplitude História</i> Editora Saraiva Educação / 2022	Lier Pires Ferreira; Arthur Caser; Cristiano Campos; Gabriel Onofre; Guido Fabiano; Julio P. Santos; Márcio C. Reis; Renata Silva; Roberta Martinelli e Barbosa.	0067 P24 01 00 208 040
<i>Araribá Conecta História</i> Editora Moderna LTDA / 2022	Maria Clara Antonelli.	0024 P24 01 00 208 040
<i>Conexões & Vivências História</i> Editora do Brasil S/A / 2022	Silvia Panazzo; Maria Luísa Vaz.	0068 P24 01 00 208 040
<i>Expedições da História</i> Editora Moderna LTDA / 2022	Gilberto Cotrim; Jaime Rodrigues.	0026 P24 01 00 208 040
<i>Geração Alpha História</i> Editora SM / 2022	Ana Lúcia L. Nemi; Anderson R. dos Reis; Débora Yumi Motooka; Valéria Vaz.	0103 P24 01 00 208 040
<i>História.Doc</i> Editora Saraiva Educação / 2022	Ronaldo Vainfas; Jorge Ferreira; Sheila de C. Faria; Daniela Calainho.	0046 P24 01 00 208 040
<i>História Sociedade & Cidadania</i> Editora FTD S.A / 2022	Alfredo Boulos Júnior.	0083 P24 01 00 208 040
<i>Jornadas: Novos Caminhos – História</i> Editora Saraiva Educação / 2022	Maurício Cardoso; Priscila Nino.	0045 P24 01 00 208 040
<i>Jovem Sapiens História</i> Editora Scipione S.A / 2022	Adriana Machado Dias; Keila Grinberg; Marco Pellegrini.	0034 P24 01 00 208 040
<i>Se liga na História</i> Editora Moderna LTDA / 2022	Patrícia Ramos Braick; Anna Barreto.	0025 P24 01 00 208 040
<i>Segue a Trilha História</i> Editora Palavras Projetos Editoriais LTDA / 2022	Antônio Reis Junior; José A. Vasconcelos; Júlio Schneider Neto; Solange A. Freitas.	0093 P24 01 00 208 040
<i>SuperAÇÃO! História</i> Editora Moderna LTDA / 2022	Caroline Minorelli; Charles Chiba.	0028 P24 01 00 208 040
<i>Viver História com Leandro Karnal</i> Editora Moderna LTDA / 2022	Felipe de Paula G. Vieira; Isabela Backx; Leandro Karnal; Luiz Estevam de O. Fernandes; Marcelo Abreu.	0027 P24 01 00 208 040

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Guia Digital PNLD 2024 - https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2024_objetos_obras_didaticas/inicio

A viabilidade de nossa pesquisa quanto à acessibilidade dessas fontes foi possível tendo em vista o acesso às cópias digitais das 14 (quatorze) Coleções de História nas versões disponibilizadas pelas editoras para os professores, sendo cada uma delas composta por 4

(quatro) manuais digitais-interativos (6º ao 9º ano), totalizando 56 (cinquenta e seis) livros didáticos.

Contudo, apesar do nosso corpus documental já ser bastante vasto, ele é também constituído por legislações que dão suporte de sustentação para a nossa temática/objeto de pesquisa: o Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 (que instituiu o Programa Nacional do Livro e do Material Didático).

Este Decreto, instituiu o PNLD com o objetivo de garantir o acesso gratuito a materiais didáticos de qualidade para os estudantes da Educação Básica das escolas públicas do Brasil. Esse Programa surgiu como uma resposta à necessidade de democratizar o ensino e minimizar desigualdades educacionais, assegurando que estudantes de todas as regiões do país tivessem acesso a livros atualizados e adequados às diretrizes curriculares. Desde sua criação no contexto da redemocratização do Brasil, o PNLD tornou-se um dos principais instrumentos de políticas públicas educacionais, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem ao fornecer materiais que atendem a critérios pedagógicos e científicos rigorosos.

A Lei nº 9.394/1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece as diretrizes gerais da educação no Brasil. Ela define os princípios que regem o ensino em todas as suas etapas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, garantindo o direito à educação de qualidade para todos os cidadãos. A LDB organiza o sistema educacional brasileiro, determinando competências para a União, os estados e os municípios, além de estabelecer normas sobre a formação de professores, a estrutura curricular e a gestão das instituições de ensino. Além disso, a LDB incorporou diretrizes específicas para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena (Lei nº 11.645/2008) e a Base Nacional Comum Curricular (2017), reforçando o compromisso com uma educação mais equitativa e diversificada.

A Lei nº 11.645/2008, sancionada em 10 de março de 2008, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatória a inclusão de histórias e das culturas indígena e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Essa legislação ampliou o escopo da Lei nº 10.639/2003, que já previa a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira, incorporando também a valorização dos povos originários. Dessa forma, a referida Lei busca promover uma educação mais inclusiva, combatendo o racismo e o preconceito por meio do reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial que compõe a sociedade brasileira.

A implementação gradual da Lei nº 11.645/2008 tem representado um avanço na construção de uma educação antirracista e plural, estimulando o respeito e a valorização das contribuições dos povos originários e africanos na formação da identidade nacional. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios, como a necessidade de formação adequada para os professores, a produção de materiais didáticos que contemplem essas temáticas de forma crítica/contextualizada e a resistência de algumas instituições em aplicá-la de maneira significativa. Apesar disso, a legislação segue como um marco fundamental para a construção de um ensino mais democrático, que reconhece e respeita a diversidade cultural do Brasil.

A Resolução nº 15, de 26 de julho de 2018, estabelece normas de conduta para garantir a transparência, a equidade e a eficiência na execução do PNLD. Esse Programa, coordenado pelo Ministério da Educação, é responsável por selecionar, adquirir e distribuir materiais didáticos para as escolas públicas de Educação Básica em todo o país. A resolução define princípios éticos e diretrizes que devem ser seguidos por todos os envolvidos no processo, desde editores e autores até gestores escolares, com o objetivo de evitar práticas indevidas, como favorecimento de determinadas obras ou interferências que possam comprometer a qualidade e a imparcialidade na escolha dos materiais.

Além disso, a norma proíbe qualquer ação que vise influenciar indevidamente a seleção dos livros didáticos, como campanhas promocionais dentro das escolas ou o fornecimento de brindes e benefícios a professores e gestores. A resolução também reforça a necessidade de que a escolha dos materiais seja pautada exclusivamente em critérios pedagógicos e alinhada às diretrizes da BNCC. Dessa forma, busca-se garantir que o PNLD continue a cumprir seu papel essencial na democratização do acesso a materiais didáticos de qualidade, promovendo uma educação pública mais equitativa e alinhada às necessidades dos professores e estudantes brasileiros.

O Edital de Convocação nº 01/2022 – CGPLI, publicado em 28 de março de 2022, estabelece as diretrizes para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos educacionais digitais destinados ao PNLD 2024-2027. Esse edital tem como objetivo garantir que os materiais utilizados nas escolas públicas do país atendam a critérios pedagógicos, metodológicos e de acessibilidade, promovendo a qualidade da educação básica. As obras selecionadas por meio desse processo compõem um conjunto de recursos fundamentais para o ensino e a aprendizagem, contemplando diferentes componentes curriculares e etapas da educação.

Dentro da estrutura do PNLD, esse Edital representa a segunda parte do tripé correspondente às fontes, ou seja, às referências normativas que orientam a produção e a avaliação dos materiais didáticos. Ele estabelece os critérios técnicos e pedagógicos para a escolha das obras que serão disponibilizadas às escolas, garantindo alinhamento com a BNCC e outras diretrizes educacionais. Dessa forma, o Edital desempenha um papel essencial na renovação dos acervos escolares, assegurando que os materiais adotados reflitam os princípios de diversidade, inclusão e inovação educacional. Assim, elas são fontes e referenciais ao mesmo tempo.

Já a terceira parte do tripé de fontes é relativa a outro grupo de documentos que escolhemos como basilares para a problematização, percepção e sistematização da temática geradora de nosso objeto de pesquisa, compreendendo a BNCC (2017) como um documento normativo que define as aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica no Brasil devem desenvolver ao longo da escolaridade. Para a área de Ensino de História, pelo menos no papel, a BNCC busca garantir uma abordagem plural e crítica, promovendo o reconhecimento da diversidade cultural, social e histórica.

O documento estrutura o ensino dessa disciplina em torno de competências e habilidades que “incentivam” a análise de múltiplas temporalidades, a valorização de diferentes perspectivas históricas e o desenvolvimento do pensamento crítico. Além disso, reforça a importância de temáticas como a História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira, em conformidade com leis como a 11.645/2008, promovendo uma educação que pretende ser mais inclusiva e representativa.

No condizente ao Guia Digital do PNLD 2024 para as obras didáticas de História, ele apresenta os critérios e diretrizes para a escolha dos livros didáticos que serão utilizados nas escolas públicas brasileiras. Alinhado à BNCC, o Guia orienta a seleção de materiais que abordem a diversidade histórica e cultural do Brasil e do mundo, incentivando o uso de múltiplas fontes e perspectivas. Além disso, enfatiza a necessidade de um ensino crítico e reflexivo, que valorize a participação dos diferentes sujeitos históricos, combatendo visões eurocêntricas e promovendo uma educação antirracista. O Guia do PNLD também destaca a importância da interdisciplinaridade e do uso de recursos digitais para tornar o ensino de História mais dinâmico e acessível aos estudantes.

Entendemos ainda que este diversificado e singular corpus documental, viabilizou e contribuiu para o aprofundamento da discussão que propomos tendo em vista a sistematização

existencial da temática na comunidade educacional brasileira, desde o PNLD à obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena.

No condizente à pesquisa do tipo documental, Aróstegui (2006, p. 508) compreende como sendo: “um conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico”.

Para a interpretação das fontes objetivando os resultados e as análises de nossa pesquisa, foi desenvolvida a partir do método da Análise de Conteúdo com base em Bardin (2011) para a busca e sistematização das informações relativas especificamente às abordagens do objeto da pesquisa em cada uma das 14 (catorze) coleção de livros didáticos de História do mais recente Edital do PNLD.

Esse método nos permitiu a identificação, categorização e interpretação dos conteúdos referentes às Histórias e Culturas indígenas e afro-brasileiras nos livros didáticos, conforme o que está estipulado pela Lei nº 11.645/2008. Conforme Bardin (2011), ele é baseado em técnicas de codificação que visam desmembrar o material textual em categorias, permitindo uma interpretação aprofundada das variadas abordagens:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

7

A discussão teórica de nosso objeto de pesquisa tem base na *Função Referencial* do livro didático (Choppin, 2004) para perceber a abordagem curricular da Lei 11.645/2008 nas referidas fontes:

[...] também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações (Choppin, 2004, p. 553).

Nessa perspectiva, o livro didático se configura como um material indispensável à professores e estudantes, se tornando, portanto, um dos mais importantes instrumentos na construção do saber. Conforme Choppin (2004, p. 9): “O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar, além disso o livro didático é um instrumento pedagógico, inscrito em uma longa tradição, porem que busca métodos de seu tempo”. Ademais,

o livro didático é uma importante ferramenta de apoio pedagógico nas salas de aula brasileiras, principalmente para o ensino de História. Em algumas escolas, ele é o único material didático disponível para a sua comunidade escolar.

Ademais o livro didático também pode ser compreendido como uma fonte de *identidade* que é concebida em um discurso e, nesse discurso, precisamos entendê-la como produto de um determinado contexto histórico, e práticas discursivas específicas. Hall (2006) apresenta, três definições de identidade: a do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno, e a relação destas com o caráter de mudança na modernidade. Assim, a compreensão identitária de um livro didático também está relacionada às mudanças e escolhas societárias no condizente a como uma editora e autores “traduzem” em suas páginas a diversidade de sujeitos existentes e suas respectivas histórias de forma protagonista.

RESULTADOS E ANÁLISES

Na busca pelo objeto da pesquisa a partir da Lei 11.645/2008, perguntamos: quais os conteúdos de História e Cultura Indígena e Afro-brasileira estão presentes nesses 56 (cinquenta e seis) livros didáticos para os anos finais do Ensino Fundamental que são utilizados atualmente no Brasil? Com o objetivo de responder à questão, exemplificar e promover a visibilidade de como a referida Lei se concretiza de forma referencial/curricular nas obras que compõem as Coleções de História do PNLD 2024, apresentaremos a seguir o quadro 2, destacando cada obra (6º, 7º, 8º e 9º ano) e os respectivos conteúdos relacionados à legislação estudada. Destacamos que a sistematização da sequência foi organizada em ordem alfabética, conforme a denominação de cada uma das Coleções.

Quadro 2: Objetos da Lei 11.645/2008 abordados nos conteúdos das Coleções de Livros Didáticos de História / PNLD 2024 – Ens. Fundamental/Anos Finais

Coleção de livros didáticos	Objetos da Lei 11.645/2008 presente nos conteúdos
A CONQUISTA HISTÓRIA (Editora FTD) Gislane Campos Azevedo Seriacopi	6º ano A origem da humanidade; A civilização egípcia; A África Antiga; O Saara verde; A civilização Nok; O reino de Cuxe; O Reino de Axum; Os africanos que vivem ao norte do Saara são diferentes dos que vivem ao sul?; O que sabemos sobre a África atual?; Oralidade: dos povos africanos às nossas comunidades.
	7º ano O islamismo e os reinos africanos; Civilizações africanas; Gana, reino do Ouro; O reino do Mali; Os iorubás; os orixás; os bantos; A catequização dos nativos; a resistência indígena; a luta contra o Marco Temporal; A escravidão africana; tráfico de escravizados e o capitalismo; o navio negreiro; violência e resistência; os quilombos; Desigualdades sociais entre brancos e negros; A escravização da população nativa.
	8º ano

Leandro Colbente Câmara Reinaldo Seriacopi	A Conjuração Baiana; A exploração da África; Racismo e pretexto civilizatório; A arte africana como afirmação; A resistência africana; Aventuras de um imperialista na África. O cemitério dos pretos novos; Teorias racistas; O Império e os Indígenas; A Guerra do Paraguai e o fim da escravidão; A escravidão em xeque. 9º ano Para combater o racismo; A política indigenista; África e Ásia lutam pela Independência; As independências na África; Problemas após as Independências; A África do Sul; A luta contra o racismo no Brasil;
AMPLITUDE HISTÓRIA (Editora do Brasil) Lier Pires Ferreira Arthur Caser Cristiano Campos Gabriel Onofre Guido Fabiano Julio Paixão Santos Márcio Coelho Reis Renata Silva Roberta Martinelli e Barbosa	6º ano África: o “berço da humanidade”; África na Antiguidade; Povos originários da América Latina; Os primeiros povos do Brasil; Os primeiros habitantes da Amazônia; Os construtores dos sambaquis; Os grupos humanos da Serra da Capivara; Características dos povos originários do Brasil; Daniel Munduruku; mulheres indígenas; A África Subsaariana; Reinos da África Ocidental. 7º ano Visões sobre o espaço geográfico e os habitantes do Novo Mundo; A expansão marítima e a escravidão moderna; A África no comércio do Atlântico; Conhecimentos e técnicas da África, América, Ásia e Europa; Reinos e povos africanos no circuito atlântico; a diversidade africana; Songai; Os Reinos Iorubás; A religião Iorubá; O Reino do Congo; Povos das Américas; Povos originários do Brasil; Novos olhares sobre a História dos povos indígenas; Conquista e Colonização das Américas; Povos indígenas e direitos. 8º ano A construção dos Estados Nacionais latino-americanos e os povos indígenas; A Conjuração Baiana; Maria Felipa de Oliveira – uma heroína negra na guerra pela independência da Bahia; A Partilha da África; Resistência ao Imperialismo na África; A Revolta dos Malês; A escravidão no Segundo Reinado brasileiro; O fim do tráfico de escravizados africanos; As populações indígenas no Segundo Reinado; Dom Obá d’África; A questão abolicionista; O processo legislativo da abolição; O pós-Abolição; A República e o legado da escravidão; A luta pela inclusão. 9º ano República e racismo; Os movimentos negros e a luta contra a exclusão e o racismo; Os povos indígenas na Primeira República; Revolta da Chibata; Frente negra brasileira; Movimentos de independência na África e na Ásia; Pan-africanismo; Movimento de negritude; Teatro Experimental do Negro no Brasil; Processo de independência política na África; África do Sul e apartheid; Resistência, Mandela e o fim do apartheid; Desafios após a Independência; O movimento negro; Os povos indígenas na atualidade; Povos indígenas no mundo globalizado.
ARARIBÁ CONECTA - HISTÓRIA (Editora Moderna) Editora Responsável: Maria Clara Antonelli.	6º ano Os mais antigos habitantes do atual Brasil; Os povos dos sambaquis; Os povos ceramistas; Os sítios de Lagoa Santa e São Raimundo Nonato; Povos da Antiguidade na África (egípcios). 7º ano Reinos e povos da África; A tradição oral; Povos iorubás e bantos; Estatuetas e a arte dos iorubas; A diversidade dos povos bantos; quilombolas brasileiros visitam a África; Primeiros contatos entre indígenas e portugueses; Organização das famílias indígenas; A guerra na cultura Tupi; Formas de resistência indígena; Resistência Tupinambá; Resistência Guaicuru; Os escravizados; Escravidão e resistência; Identidade cultural; Religiosidade e resistência; Diferentes visões sobre a escravidão; O “indígena selvagem” na pintura de Eckhout; A catequização dos indígenas; Os aldeamentos jesuítas; O impacto para os indígenas; Assimilação de conhecimentos indígenas; O “ressurgimento” dos indígenas no Brasil; Etnogênese no Brasil; A educação indígena nos dias atuais; Os indígenas que viviam nas Minas; Africanos

	escravizados e libertos; A dinâmica do tráfico de escravizados foi sempre a mesma ao longo de sua existência?; 8º ano A Conjuração Baiana; A política indigenista brasileira do século XIX após a independência respeitava os costumes e as tradições dos povos indígenas?; A expansão imperialista na África; Características da colonização na África; O império colonial britânico na África; Os franceses na África; Portugueses belgas e alemães; A resistência africana à dominação imperialista; A resistência organizada pelos povos africanos; A Revolta dos Malês; A Balaiada; Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha; O fim da escravidão no Brasil; A pressão contra o tráfico; A extinção do tráfico de escravizados; Os efeitos do fim do tráfico; Abolição lenta e gradual; Antes e depois da abolição. 9º ano A Revolta da Chibata; A organização dos movimentos negros no pós-abolição; A inserção dos ex-escravizados na sociedade brasileira após a abolição; Samba e identidade; Os indígenas raízes da brasilidade; Os processos de independência na África; A crise do colonialismo; O pan-africanismo: uma conquista ideológica; As lutas pela independência na África; Migrações africanas na atualidade; O apartheid na África do Sul.
CONEXÕES E VIVÊNCIAS (Editora do Brasil) Silvia Panazzo Maria Luisa Vaz	6º ano Vestígios da pré-história no Brasil; Os povos dos sambaquis; As sociedades amazônicas; Egito antigo; Povos da Núbia; Reinos de Cuxe e Axum; Povos bantos; A escravidão e a influência dos bantos na cultura afro-brasileira; Religiões africanas; Escravizados malês: os primeiros muçulmanos no Brasil; Islamismo, movimento negro e hip-hop no Brasil; 7º ano Consequências dos contatos entre europeus e indígenas; Sociedades Africanas; Os povos africanos e o comércio; O comércio entre africanos e europeus; Escravidão na África; A África Tradicional; Diversidade Linguística; A ocupação humana nas Américas; Sociedades produtoras na América; Crenças maias, astecas e incas; Culturas marajoara e tapajó; Ser indígena hoje; Comércio e escravizados africanos; Escravidão no Brasil; Da África para a América; A resistência africana; Quilombos; A situação dos povos indígenas no presente. 8º ano Revoluções na Bahia; Fim do tráfico negreiro; Campanha abolicionista; Leis abolicionistas; Repercussões da Abolição; A questão indígena no Império; Imperialismo na África; Resistências africanas. 9º ano A Revolta da Chibata; Teorias raciais; Por todos os cantos, a diversidade; Manifestações culturais de raiz africana; Protagonismo negro contra o racismo e na luta por direitos; Nacionalismos na África; “Milagre brasileiro”: desenvolvimentismo e conflitos com indígenas; Ações afirmativas no Brasil; África, modernidade e futuro.
EXPEDIÇÕES DA HISTÓRIA (Editora Moderna) Gilberto Cotrim Jaime Rodrigues	6º ano América Indígena; Os Tupi-Guarani; Mantos Tupinambá; Egito Antigo e o Reino de Cuxe; 7º ano Povos Africanos; A diversidade da África; Bantos; Conquista da América; População Indígena; Início da Colonização; Escambo, escravidão e riquezas; Conceitos de escravidão; Escravidão na África; Tornar-se escravizado; Baianas do acarajé; Cotidiano dos escravizados; Formas de resistência; Quilombos; Escravidão e sobrevivência nas minas; Irmandades negras. 8º ano Conjuração Baiana; Tutela dos indígenas; Participação dos negros na Independência; Os povos originários; Fim da escravidão; Imperialismo na África; Conquista da África. 9º ano

	Política indigenista; Independências na África; Literatura e história africanas; Constituição e povos originários.
GERAÇÃO ALPHA (Editora SM) Ana Lucia Lana Nemi Anderson Roberti dos Reis Débora Yumi Motooka	6º ano Narrativas indígenas; A África Ribeirinha; Aspectos de algumas culturas ribeirinhas africanas e das comunidades de Nok; Mudanças na historiografia sobre os povos antigos da África; Povos antigos que habitaram as margens do Nilo; Processo de unificação do Egito Antigo e o Império faraônico; Império de Cuxe e Império de Axum; Transformações na historiografia sobre os povos da África Antiga; Os vestígios de Axum: patrimônios da humanidade; A América Antiga; Povos originários do Brasil; Povos originários do continente americano: culturas sambaquieiras e agricultoras; Descendentes dos povos originários (povos indígenas atuais); Geoglifos: mistério arqueológico e desmatamento da floresta Amazônica. 7º ano África: muitos povos; O estudo da história da África; As sociedades do Sahel e as rotas comerciais; transaarianas; O reino de Gana, o Império do Mali e o Império Songai; A tradição oral africana; Características políticas e sociais dos Iorubá; Tecnologias iorubanas; Características políticas e sociais dos Bantu; A tradição oral africana; as esculturas iorubanas; Povos do continente americano; Modos de pensar, técnicas e tecnologias e estruturas políticas e sociais de povos nativos da América (Mesoamérica, região andina e América do Su); Medicinas e filosofias dos povos originários da América; Cultura africana na América Latina; Primeiros contatos entre povos indígenas e Portugueses; As narrativas indígenas e as relações de conflito e alianças; Comercialização do pau-brasil e escravização de indígenas; Os africanos na América portuguesa; A escravidão no continente africano; Os portugueses na África; O tráfico de escravizados; A chegada de africanos à América portuguesa; O trabalho dos africanos escravizados: conhecimentos e tecnologias africanas; Valorização e afirmação das identidades afro-brasileiras; Conexões entre África e América portuguesa; Moçambique: dança afro-brasileira no vale do Paraíba paulista; O quilombo dos Palmares; Resistências indígenas; A chegada dos jesuítas e as missões; Os impactos da colonização para as populações nativas; O eurocentrismo e a diversidade cultural indígena; A expansão dos territórios portugueses na América (bandeiras e entradas; a atividade pecuária e os tropeiros); 8º ano Conjuração Mineira e Conjuração Baiana; Zumbi, Pai João ou nenhum dos dois?; A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão; Revolta dos Malês; O fim do tráfico de escravizados e a abolição; Os indígenas no Segundo Reinado; O legado da escravidão e as ações afirmativas; A partilha imperialista da África e a resistência africana; Máscaras africanas; O impacto do imperialismo nas comunidades africanas; 9º ano A produção de borracha e a resistência indígena; Revolta da Chibata; A imprensa negra; Movimento negro e identidades: o Teatro Experimental do Negro (TEN); A criação do Parque Indígena do Xingu e a questão Indígena; Independências na Ásia e na África.
HISTÓRIA.DOC (Editora Saraiva) Ronaldo Vainfas Jorge Ferreira Sheila de Castro Faria Daniela Calainho	6º ano Continente africano: regiões e povos; Sítios arqueológicos brasileiros; A sociedade egípcia; Povos, reinos e impérios africanos; Línguas bantas no Brasil; A África e a História. 7º ano A sociedade Tupinambá em Pindorama; Os povos de Pindorama; A origem dos nomes indígenas; Paraíso da mandioca; Os Tupi no início da colonização; Populações indígenas diante da colonização; A África centro-ocidental no tempo do tráfico de escravizados; A África ocidental no tempo do tráfico de escravizados; Muçulmanos na Bahia: os malês; Os jesuítas e os indígenas: tentativa de controle; Negros da terra e negros da Guiné; O líder negro nas

	guerras contra os holandeses; Holandeses e quilombos palmaristas; Mistérios sobre Zumbi; A religião dos quilombolas; Chica da Silva. 8º ano A Conjuração Baiana; Maria Quitéria e a luta pela independência do Brasil; Revoltas escravas: a Revolta de Carrancas; a Revolta de Manuel Congo; a Revolta dos Malês; A escravidão em um país em transformação; 1850: a Lei Eusébio de Queirós; José do Patrocínio, um jornalista contra a escravidão; A monarquia e a crise da escravidão; A abolição da escravidão no Ceará; A monarquia e o abolicionismo; A Lei dos Sexagenários; Finalmente, a abolição; Liberdade conquistada; e agora?; África dividida. 9º ano A Revolta da Chibata; Os povos indígenas e o governo Vargas; As independências na África; O pan-africanismo; África: diversidade cultural e divisões políticas; Arte africana; O argumento de Nelson Mandela contra o racismo; A política indigenista; Mário Juruna, o primeiro indígena deputado; Os povos da floresta.
HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA (FTD) Alfredo Boulos Júnior	6º ano Da África para outros continentes; O povo de Lagoa Santa; Os povos dos sambaquis; Agricultores e ceramistas da Amazônia; África: organizações políticas; Povos indígenas na América; Indígenas das terras onde hoje é o Brasil; Conhecendo os povos indígenas; Diferenças entre os indígenas; Semelhanças entre os indígenas. 7º ano Povos indígenas saberes e técnicas; Os tupis; Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubás; Iorubás no Brasil; Chegam os africanos; Os escravizados; Africanos no Brasil; Havia escravidão na África antes dos europeus?; Guerra e tráfico atlântico; A travessia; O trabalho; Alimentação e violência; Resistência; Os quilombos; Comunidades remanescentes de quilombos; A caça aos indígenas. 8º ano A Conjuração Baiana; Revolta dos Malês; Balaiada; A Lei Eusébio de Queirós; Abolição, imigração e indigenismo no Império; A resistência dos escravizados; O movimento abolicionista; As leis e a realidade; A vida difícil dos recém-libertos; O imperialismo na África; A resistência africana. 9º ano Os negros no pós-Abolição; Associativismo negro; Imprensa negra; A Revolta da Chibata; Os indígenas na República; Nacionalismo africano.
JORNADAS: CAMINHOS Saraiva) Maurício Priscila Nina (6º, 7º e 9º os dois) Cardoso Carolina Amaral de Aguiar Paulo Ferraz (8º ano os 4)	6º ano Povos antigos na Ásia e África; A cultura Nok e os povos bantos; Arte e culto aos antepassados; Antigos Povos da América; Como sabemos quem eram os antigos povos da América? Que povos eram esses? 7º ano Cosmologias e saberes indígenas e africanos; América: culturas e impérios; Povos antigos do atual território brasileiro; Três impérios negro-africano; Diversidade Cultural na África Subsaariana; A colonização hispânica, britânica e francesa; Confrontos e resistências indígena a colonização europeia; A chegada dos europeus na visão de um indígena; O início da colonização; O papel da Igreja Católica na formação do Império Português; Do Atlântico à América; Documentos – Bulas papais e a legitimação da conquista; Outros olhares – os indígenas como escritores de suas histórias; Africanos e povos originários: diáspora e resistência; Quilombos, lutas e resistências; Irmandades negras. 8º ano O processo de independência no Brasil; Rebeliões na América Portuguesa; negros e indígenas no Brasil independente; Escravidão, imigração e cultura no século XIX; 1850: fim do tráfico e um novo cenário; Para conhecer as culturas indígenas; Imperialismo no século XIX; Teorias raciais; Disputas pela África; Resistência a colonização; Imperialismo europeu e a partilha da África.

	9º ano Tensões sociais e políticos na República Brasileira; Conflitos no campo e povos indígenas; Da segunda Guerra Mundial à Guerra Fria; A descolonização da África; Pan-africanismo; O fim do Apartheid; O Brasil e o mundo contemporâneo; Movimentos Sociais e transformações culturais; As lutas feministas; O movimento negro e a luta antirracista.
JOVEM SAPIENS HISTÓRIA (Editora Scipione) Adriana Machado Dias Keila Grinberg Marco Pellegrini	6º ano A África antiga; Povos indígenas do Brasil. 7º ano Os povos nativos do Brasil; O continente africano; Os reinos iorubás; “Não somos índios”; Os jesuítas e os indígenas; Escravização e resistência indígena; Os africanos e descendentes. 8º ano A Conjuração Baiana; A manutenção da escravidão; o cais do Valongo; A tutela dos indígenas; A diversidade indígena; O discurso civilizatório; A resistência indígena; Os indígenas e a Constituição de 1824; Trabalho escravizado nos cafezais; O fim do tráfico de pessoas escravizadas; Os quilombos; Mulheres quilombolas; Política indigenista no Segundo Reinado; O processo de abolição da escravidão; As leis abolicionistas; A Lei Áurea; Imperialismo na África; A resistência africana ao Imperialismo. 9º ano Os povos indígenas no início da República; O Serviço de Proteção aos Índios (SPI); Os afro-brasileiros no período pós-abolição; A Frente Negra Brasileira; A casa de Tia Ciata; Os indígenas e o Estado Novo; O Movimento Negro durante o Estado Novo; As independências na África; A arte africana pós-independências; A luta dos povos indígenas; A educação indígena; As comunidades quilombolas; Racismo no Brasil.
SE LIGA NA HISTÓRIA (Editora Moderna) Patrícia Ramos Braick Anna Barreto	6º ano Os povos nativos do atual território brasileiro; Os povos dos sambaquis; São Raimundo Nonato, no Piauí; Culturas ceramistas do atual território brasileiro; Culturas agrícolas da Amazônia; Civilizações fluviais na África; Povos nativos do atual território brasileiro; Povos Tupi; Indígenas no Brasil de hoje. 7º ano A África antes dos portugueses; Os povos iorubás; Os povos bantos; Na costa oriental: os suaílis; África: comércio e exploração; Sociedades indígenas e a ação colonizadora; A Confederação dos Tamoios; Sociedade escravista e cultura afro-brasileira; A dinâmica do comércio de escravizados; O tráfico negreiro e seus números; Sociedade escravista; O cotidiano dos negros escravizados; As famílias de escravizados; A resistência dos escravizados; As amas de leite negras; A catequização dos nativos; A resistência indígena na Confederação Cariri; Os negros escravizados e a resistência. 8º ano A Revolta dos Malês; O fim do tráfico; O lento fim da escravidão; A Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea; A partilha da África. 9º ano A questão indígena; Os povos indígenas na primeira constituição republicana; A cultura popular: o samba; A “Marcha para o Oeste” e a questão indígena; Descolonização na África; Movimentos de identidade africana; A crise do colonialismo na África; O Parque Indígena do Xingu; O regime do apartheid na África do Sul; O fim do apartheid; A luta dos povos indígenas; Os Jogos dos Povos Indígenas; As comunidades quilombolas; A resistência das comunidades remanescentes; Os indígenas brasileiros no século XXI.
	6º ano Antiguidade na África; Egito e outras sociedades africanas antigas; Os reinos Cuxe e Axum; Os povos africanos a oeste e sul do Saara; As sociedades indígenas no Brasil: vestígios e Tradições; A origem dos atuais povos indígenas

SEGUE A TRILHA HISTÓRIA (Palavras Projetos Editoriais) Antônio Reis Junior José Antônio Vasconcelos Julio Schneider Neto Solange Almeida Freitas	e seus hábitos culturais; ocupação da América e os vestígios da ocupação no Brasil. 7º ano A colonização portuguesa na América; O avanço da colonização, conflitos e resistência indígena contra os portugueses; A produção do açúcar, os engenhos e a sociedade dividida entre senhores e cativos; A África durante a era o tráfico de escravizados; A África antes do tráfico, a escravidão entre africanos e a estruturação do tráfico; O tráfico de escravizados, a travessia do oceano Atlântico e a resistência; O comércio na África e na Ásia e as missões jesuíticas; a escravidão no Brasil; O cotidiano da escravidão: a ordem escravocrata e a vida do cativo; Resistência à escravidão e estudo das publicações em jornais sobre escravizados fugidos; Os quilombos, Palmares e as rebeliões e negociações; Bandeirantes, jesuítas e a escravidão indígenas; Indígenas na atualidade; sociedade mineradora, a escravidão nas minas e os santos do pau oco. 8º ano A Conjuração Baiana; Balaiada; Revolta dos Malês; O Império e os indígenas; imperialismo europeu e o racismo; a partilha da África; A exploração da África; 9º ano Os negros após a Abolição; A imprensa negra; Contra a Chibata; África: segunda onda anti-imperialista; a luta dos argelinos; África do Sul: apartheid.
SUPERAÇÃO (Editora Moderna) Caroline Minorelli Charles Chiba	6º ano As sociedades indígenas do Brasil; África Antiga. 7º ano Os povos da África; Conhecer a história da África; Sociedades e culturas da África; A diversidade do continente africano; Formas de organização social e política; O comércio e a relação entre os povos; A escravidão na África antes do século; As religiões africanas; O islamismo na África; Os indígenas do Brasil; Uma diversidade de povos; Os povos Tupi-Guarani; A organização social; Os indígenas e a divisão do trabalho; As religiosidades Indígenas; A importância do pajé; Festas e rituais; A pintura corporal indígena; A escravidão e a produção de açúcar; A resistência à escravidão; As fugas de escravizados; A capoeira; Os quilombos; Quilombo dos Palmares; Quilombo do Quarterê; A exploração das drogas do sertão; Jesuítas e indígenas; Os aldeamentos indígenas; Os escravizados no Ciclo do ouro. 8º ano A Conjuração Baiana; A Revolta dos Malês; Indígenas no Brasil Império; O trabalho escravo no campo; O trabalho escravo nas cidades; O movimento abolicionista; A abolição da escravidão no Brasil; A África no século XIX. 9º ano Os povos indígenas e o Estado; Independências na África; A resistência indígena na Ditadura; A resistência negra na Ditadura; A imprensa negra; Os desafios do mundo contemporâneo; A luta dos povos Indígenas; As Terras Indígenas; As condições de vida; A educação indígena e a valorização da cultura; A luta dos quilombolas; conquista de direitos na atualidade; Quem são os quilombolas? Quantos são? Onde estão?; Indígenas e sustentabilidade.
VIVER HISTÓRIA COM LEANDRO KARNAL (Editora Moderna) Leandro Karnal Felipe de Paula Góis Vieira Luiz Estevam de Oliveira	6º ano Os primeiros habitantes da América; A origem dos primeiros americanos; Os primeiros povos ameríndios; Os primeiros habitantes do território correspondente ao do Brasil atual; As antigas civilizações africanas; África: um continente presente; A África entre os séculos V e XIV. 7º ano América portuguesa: chegada dos europeus e início da colonização; Descoberta ou invasão: quem controla a narrativa?; A chegada dos portugueses à América; Os indígenas dos primeiros contatos; Os primeiros anos da América portuguesa; O início da colonização; Diáspora africana; Escravidão: presente e passado; A escravidão na África antes dos europeus; A diáspora africana e o

Fernandes Isabela Marcelo Abreu	Backx tráfico transatlântico; Cultura, resistência e escravidão; Escravidão temporária e escravidão nas colônias inglesas. 8º ano A questão da escravidão e os movimentos abolicionistas; A proibição do tráfico de escravizados; A Lei de Terras e a questão indígena; O abolicionismo e o fim da escravidão no Brasil. 9º ano República e pós-abolição da escravatura: mecanismos de inclusão e exclusão social; O fim dos impérios coloniais na África; Desafios da África contemporânea.
--	--

Fonte: Organizado pelos autores a partir das Coleções de livros didáticos de História do PNLD/2024.

Ao analisar todos os livros didáticos de História do PNLD 2024 à luz da Função Referencial (Choppin, 2004), observa-se uma distância significativa entre as orientações curriculares e a efetiva aplicação dos direitos de aprendizagem propostos, tendo em vista o que a BNCC (2017) estabelece como competência geral da Educação Básica o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial, cultural e social do Brasil, e, no campo da História, destaca a importância de compreender a formação da sociedade brasileira a partir da contribuição de diferentes povos, especialmente indígenas, africanos e afrodescendentes.

No entanto, a maioria das Coleções analisadas limita-se a inserções pontuais ou folclorizadas dessas temáticas, falhando em tratá-las como estruturantes de narrativa histórica nacional com identidade pautada na consciência histórica, na diversidade étnico-racial e na diferença. Por essa compreensão, há uma presença majoritária de determinados conteúdos na maior parte das Coleções: condizente às Sociedades indígenas brasileiras (associadas ao contexto da Colonização); e à Escravidão no Brasil (associada ao contexto da História da América Portuguesa e do Brasil Imperial). Num contexto mais regional, o conteúdo mais presente é a Revolta dos Malês na Bahia.

Assim, mesmo as Coleções que apresentam recursos gráficos modernos e linguagem acessível deixam de promover reflexões consistentes sobre desigualdade racial, racismo, resistência indígena contemporânea e valorização das epistemologias não eurocêtricas, desrespeitando, assim, os princípios da equidade e da educação inclusiva previstos na BNCC. O documento exige uma abordagem crítica, plural e contextualizada da História, que contemple a multiplicidade de vozes e experiências formadoras da identidade brasileira.

De fato, as identidades dos sujeitos são construídas no decorrer das histórias de vida, no ambiente familiar, nas interações sociais, nos discursos midiáticos e na historiografia dos livros didáticos de forma inacabada, pois “não há educação fora das sociedades humanas e

não há homens isolados” (Freire, 1989, p. 35), corroborando também com o contexto, a escrita de Silva:

[...] a identidade é entendida como um processo de formação e transformação do “eu”, que é multideterminado, e que ocorre durante toda a vida do indivíduo por meio da composição de igualdade e diferença, em relação a si próprio, e aos outros (Silva, 2007, p. 32).

Desse modo, o processo de construção das identidades e a sua presença nos livros didáticos de História não é algo estático, pois se constitui em um movimento de tensão pela oposição entre o que espera que o sujeito assuma/seja e o desejo do próprio sujeito em ser e assumir determinadas identidades.

Ademais, diante da análise realizada, torna-se evidente que, embora a Lei 11.645/2008 e a BNCC (2017) estabeleçam diretrizes claras para a valorização das histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras no Ensino de História, a maior parte das Coleções de livros didáticos do PNLD 2024 ainda apresenta lacunas significativas em sua implementação. Nesse sentido, concordamos com Serpa & Brito (2025, p. 18) quando afirmam: “Em síntese, é urgente e necessário repensar essa representação étnica, história e cultural de nossa sociedade nos currículos e materiais didáticos, pois os povos originários possuem grande relevância para a história do Brasil”. Somamos nesta realidade, todas as contribuições da presença africana na história e cultura afro-brasileira, como fatores que por si só são suficientes para a desconstrução do domínio eurocêntrico na historiografia de nossos livros didáticos.

16

Assim, percebemos que a maioria desses conteúdos ocorre de forma periférica, descontextualizada ou pouco aprofundada, sem promover uma verdadeira ressignificação da narrativa histórica tradicional. Isso compromete não apenas o cumprimento da legislação, mas também o papel formativo da escola na construção de uma sociedade mais justa, plural e antirracista, pois o livro didático enquanto instrumento de mediação do conhecimento, precisa ir além da simples reprodução de conteúdos e assumir um compromisso ético com a diversidade e a equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista teórico-metodológico, esta pesquisa que se fundamentou na Função Referencial de Choppin (2004), percebeu o livro didático como um instrumento parcialmente portador de valores sociais e representações historicamente construídas.

Metodologicamente, o estudo que optou por uma abordagem qualitativa com foco na análise de conteúdo das obras, percebeu a existência de critérios legais (Lei 11.645/2008),

curriculares (BNCC) e formativos (formação para a cidadania e diversidade). Esse caminho analítico demonstrou ser eficaz para revelar os limites e potencialidades dos livros didáticos enquanto instrumentos de mediação cultural e política no espaço escolar.

Entre os nossos resultados, percebemos também o reconhecimento e a existência da Lei sendo citada nominalmente em quase todas Coleções. Outro fator recorrente foi a abordagem com teor de memória no sentido de a mesma ser decorrente de uma atualização ocorrida a partir da Lei 10.639/2003, passando a incluir as histórias e culturas indígenas.

No condizente aos resultados decorrentes da análise dos conteúdos de História em todos os livros didáticos pesquisados, ficou constatada a ampla recorrência das Sociedades Indígenas Brasileiras; da Escravidão como sendo uma unanimidade e um fator que não é novidade, onde africanos e afro-brasileiros tem visibilidade ao serem sendo associados ao trabalho escravo.

No tocante à conteúdos com alguma abrangência e aderência à uma História mais regional, percebemos a Revolta Malês como sendo aquele que é mais presente na maioria das Coleções analisadas.

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciaram também que, apesar dos avanços legais e curriculares, a efetiva implementação da Lei 11.645/2008 nos livros didáticos de História do PNLD 2024 ainda encontra limitações importantes. De forma geral, as Coleções analisadas tratam a maioria das histórias e culturas indígenas e afro-brasileiras de maneira superficial, pontual ou estereotipada, não incorporando essas temáticas como parte estruturante e com profundidade na narrativa histórica nacional.

Esse padrão revela a persistência de um modelo eurocêntrico de ensino da História, que negligencia o protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados. Nessa perspectiva, a Coleção “Viver História com Leandro Karnal” (2022) se destacou de forma mais significativa por apresentar conteúdos que dialogam com os pressupostos da Lei nº. 11.648/2008, promovendo abordagens mais consistentes, contextualizadas e críticas sobre as contribuições e lutas dos povos indígenas e afro-brasileiros ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, Maria Clara [et al]. Araribá Conecta História (Coleção). 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História sociedade & cidadania: Ensino Fundamental – anos finais (Coleção). 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRAICK, Patrícia R. & BARRETO, Ana. Se liga na História (Coleção). 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 12178, 20 ago. 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital de Convocação 01/2022. Dispõe sobre a convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos educacionais digitais para o PNLD 2024-2027. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Livros Didáticos PNLD 2024. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Resolução nº 15, de 26 de julho de 2018. Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito da execução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2018.

CARDOSO, Maurício C. [et al]. Jornadas Novos Caminhos: História (Coleção). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COTRIM, Gilberto & RODRIGUES, Jaime. Expedições da História (Coleção). 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

DIAS, Adriana M.; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. Jovem Sapiens História (Coleção). 1. ed. São Paulo: Scipione, 2022.

FERREIRA, Lier P. et al. Amplitude: História. Ensino Fundamental – anos finais (Coleção). 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARNAL, Leandro ... [et al.]. *Viver História com Leandro Karnal (Coleção)*. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

MINORELLI, Caroline & CHIBA, Charles. *SuperAÇÃO! História (Coleção)*. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

NEMI, Ana Lúcia L.; REIS, Anderson R. dos; MOTOOKA, Débora Yumi. Editora responsável VAZ, Valéria. *Geração Alpha História: Ensino Fundamental: anos finais (Coleção)*. 4. ed. — São Paulo: Edições SM, 2022.

PANAZZO, Silvia & VAZ, Maria Luísa. *Conexões e vivências: história. Ensino Fundamental – anos finais (Coleção)*. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

REIS JUNIOR, Antônio ... [et al.]. *Segue a trilha: História (Coleção)*. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2022.

SERIACOPI, Gislane C. A.; CÂMARA, Leandro C.; AZEVEDO, Reinaldo S. *A conquista história: Ensino Fundamental – anos finais (Coleção)*. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

SERPA, Maria Augusta da S.; BRITO, Anderson D. da S. *A interculturalidade nos currículos de Formosa do Rio Preto-BA: uma história da educação com base no Ensino Fundamental. History of Education in Latin America - HistELA*, 8(1), p. 1-21. 2025.

SILVA, T. G. da. *O processo de constituição da identidade docente: vozes de professoras alfabetizadoras*. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

VAINFAS, Ronaldo [et al.]. *História.doc [livro eletrônico] (Coleção)*. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.